



AVALIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS DA ANVISA

*Resultados Gerais das ações para atendimento ao
Decreto nº 10.139/2019 – CICLO 2020 - 2022*



**- GESTÃO DO ESTOQUE REGULATÓRIO –
- SIMPLIFICAÇÃO REGULATÓRIA –**

**COORDENAÇÃO DE PROCESSOS REGULATÓRIOS - CPROR
ASSESSORIA DE MELHORIA DA QUALIDADE REGULATÓRIA - ASREG
GABINETE DO DIRETOR – PRESIDENTE - GADIP**



Agosto de 2022

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 28 de dezembro de 2019 foi publicado o [Decreto nº 10.139, de 2019](#), que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

O Decreto determina prazos para a avaliação e consolidação de normas, com a possibilidade de melhorias na redação e na forma dos atos normativos, bem como de simplificação ou exclusão de disposições obsoletas. Destaca-se que a determinação não abrange a realização de alterações de mérito das normas. Tais modificações, quando necessárias, devem ser conduzidas de acordo com os procedimentos de melhoria da qualidade regulatória na Anvisa, estabelecidos pela Portaria nº 162, de 12 de março de 2021, pela Orientação de Serviço - OS nº 96, de 12 de março de 2021.

O Decreto estabeleceu que o trabalho de avaliação e consolidação das normas deveria ser realizado em cinco etapas, de acordo com o cronograma detalhado em seu artigo 14:

Art. 14. O órgão ou a entidade a que se refere o caput do art. 1º estabelecerá prazos, por meio de portaria de seu dirigente máximo, para a publicação das normas revisadas e consolidadas no Diário Oficial da União, cujos atos serão divididos em etapas específicas, observados os seguintes prazos:

I - primeira etapa - até 30 de novembro de 2020;

II - segunda etapa - até 26 de fevereiro de 2021;

III - terceira etapa - até 31 de maio de 2021;

IV - quarta etapa - até 31 de agosto de 2021; e

V - quinta etapa - até 31 de março de 2022.

Além disso, conforme disposto no art. 7º, inciso II-A c/c art. 14, parágrafo único, aqueles atos vigentes com necessidade de revisão mais profunda, inclusive com possibilidade de alterações de mérito, devem atender ao prazo de 1º de agosto de 2022 para a sua revisão e consolidação:

Art. 7º A revisão de atos resultará:

.....

II-A - na conclusão quanto à necessidade de revisão mais profunda do ato vigente, inclusive com possibilidade de alterações de mérito;

.....

Art. 14.....

.....

Parágrafo único. O prazo para revisão e consolidação dos atos normativos conjuntos e daqueles que se enquadrem na hipótese prevista no inciso II-A do caput do art. 7º é o de 1º de agosto de 2022.

Os resultados das etapas de cumprimento do decreto são divulgados por meio dos relatórios disponíveis no Portal da Anvisa, podendo ser acessados aqui: [Resultados da Revisão e Consolidação em atendimento ao Decreto nº 10139/2019](#).

Findado o prazo estabelecido para a revisão e consolidação das normas, este documento apresenta, de forma consolidada, os resultados gerais do processo de revisão e consolidação de normas da Anvisa referentes ao Ciclo 2020 – 2022, incluindo informações acerca das normas com necessidade de revisão aprofundada de que tratam o art. 7º, inciso II-A c/c no art. 14, parágrafo único do Decreto.

2. ORGANIZAÇÃO DA ANVISA PARA ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 10.139/2019

Inicialmente, para fins de cumprimento das disposições estabelecidas no Decreto, imediatamente após a sua publicação, a Anvisa instituiu [Grupo de Trabalho](#) cujas ações culminaram na publicação da [Portaria nº 201, de 20 de fevereiro de 2020](#), que trata das competências e do detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação dos atos normativos da Agência.

Além disso, foi elaborado o documento [Passo a passo para Avaliação e Consolidação das normas da Anvisa](#), com o detalhamento dos procedimentos para orientar as unidades responsáveis na execução das ações de atendimento ao Decreto nº 10.139/2019.

Ao longo do trabalho, foi identificada a necessidade de aprimoramento do processo de trabalho, tendo sido publicada a [Portaria nº 488, de 23 de setembro de 2021](#), que substituiu a Portaria nº 201, de 2020, citada anteriormente.

3. PERTINÊNCIAS TEMÁTICAS

Para fins de cumprimento do Decreto, a Anvisa organizou os atos normativos de sua competência de acordo com as pertinências temáticas, conforme estabelecido no art. 26 da [Portaria nº 488, de 23 de setembro de 2021](#)

Art. 26. Os resultados do processo de revisão e consolidação de atos normativos no âmbito da Anvisa serão publicados em etapas, de acordo com as seguintes pertinências temáticas, observados os prazos previstos no art. 14 do Decreto nº 10.139, de 2019:

I - primeira etapa, concluída em 30 de novembro de 2020, envolvendo:

- a) pertinência temática 1: normas editadas por órgãos já extintos, cujas competências foram assumidas pela Anvisa, que estão revogados tacitamente, cujos efeitos tenham se esgotado no tempo ou que tenham apenas revogado outras normas; e*
- b) pertinência temática 2: normas passíveis de simplificação, para eliminação de exigências obsoletas de cópias autenticadas e reconhecimentos de firma, nos termos da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 e do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017;*

II - segunda etapa, concluída em 26 de fevereiro de 2021, envolvendo:

- a) pertinência temática 3: normas editadas por órgãos já extintos, cujas competências foram assumidas pela Anvisa e cuja necessidade ou significado não puderem ser identificados; e*
- b) pertinência temática 4: normas editadas pela Anvisa resultantes de temas classificados como Atualização Periódica, nos termos da Orientação de Serviço nº 60/DIRE3/ANVISA, de 1º de abril de 2019.*

III - terceira etapa, concluída em 31 de maio de 2021, envolvendo:

- a) pertinência temática 5: normas do macrotema Serviços de Interesse para a Saúde;*
- b) pertinência temática 6: normas do macrotema Serviços de Saúde;*
- c) pertinência temática 7: normas do macrotema Laboratórios Analíticos;*
- d) pertinência temática 8: normas do macrotema Organização e Gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;*
- e) pertinência temática 9: normas do macrotema Insumos Farmacêuticos;*
- f) pertinência temática 10: normas do macrotema Farmacopeia;*
- g) pertinência temática 11: normas do macrotema Gestão interna; e*

h) pertinência temática 12: normas do macrotema Sangue, Tecidos, Células e Órgãos;

IV - quarta etapa, concluída em 31 de agosto de 2021, envolvendo:

a) pertinência temática 13: normas do macrotema Tabaco;

b) pertinência temática 14: normas do macrotema Temas Transversais; e

c) pertinência temática 15: normas do macrotema Produtos para a Saúde; e

V - quinta etapa, a ser concluída até 31 de março de 2022, envolvendo:

a) pertinência temática 16: normas do macrotema Cosméticos;

b) pertinência temática 17: normas do macrotema Saneantes;

c) pertinência temática 18: normas do macrotema Agrotóxicos;

d) pertinência temática 19: normas do macrotema Portos, Aeroportos e Fronteiras;

e) pertinência temática 20: normas do macrotema Alimentos; e

f) pertinência temática 21: normas do macrotema Medicamentos.

4. RESULTADOS GERAIS

Ao longo do Ciclo 2020-2022 do processo de revisão e consolidação, a Anvisa realizou a triagem de 1932 atos normativos e desses, 1915 foram efetivamente avaliados ao longo das etapas estabelecidas pelo Decreto e pela Portaria nº 488, de 2021, conforme detalhado nas Tabelas 1 a 5:

Tabela 1: Resultados da 1ª etapa de consolidação, ciclo 2020-2022

1ª ETAPA - ATÉ 30/11/2020					
TIPO DE ATO	TRIAGEM	EXAMINADOS	REVOGADOS	VIGENTES	CONSOLIDADOS
I - PORTARIAS NORMATIVAS	35	35	35	0	0
II - RESOLUÇÕES NORMATIVAS	11	11	11	0	1
III - INSTRUÇÕES NORMATIVAS	0	0	0	0	0
IX - OUTROS ATOS NORMATIVOS	0	0	0	0	0
TOTAL	46	46	46	0	1

Tabela 2: Resultados da 2ª etapa de consolidação, ciclo 2020-2022

2ª ETAPA - ATÉ 26/02/2021					
TIPO DE ATO	TRIAGEM	EXAMINADOS	REVOGADOS	VIGENTES	CONSOLIDADOS
I - PORTARIAS NORMATIVAS	541	541	536	5	0
II - RESOLUÇÕES NORMATIVAS	215	214	186	27	6
III - INSTRUÇÕES NORMATIVAS	9	9	2	7	0
IX - OUTROS ATOS NORMATIVOS	20	20	20	0	0
TOTAL	785	784	744	39	6

Tabela 3: Resultados da 3ª etapa de consolidação, ciclo 2020-2022

3ª ETAPA - ATÉ 31/05/2021					
TIPO DE ATO	TRIAGEM	EXAMINADOS	REVOGADOS	VIGENTES	CONSOLIDADOS
I - PORTARIAS NORMATIVAS	1	1	0	1	0
II - RESOLUÇÕES NORMATIVAS	111	96	57	39	12
III - INSTRUÇÕES NORMATIVAS	15	15	10	5	8
IX - OUTROS ATOS NORMATIVOS	0	0	0	0	0
TOTAL	127	112	67	45	20

Tabela 4: Resultados da 4ª etapa de consolidação, ciclo 2020-2022

4ª ETAPA - ATÉ 31/08/2021					
TIPO DE ATO	TRIAGEM	EXAMINADOS	REVOGADOS	VIGENTES	CONSOLIDADOS
I - PORTARIAS NORMATIVAS	2	2	0	2	0
II - RESOLUÇÕES NORMATIVAS	151	150	46	104	24
III - INSTRUÇÕES NORMATIVAS	18	18	5	13	1
IX - OUTROS ATOS NORMATIVOS	0	0	0	0	0
TOTAL	171	170	51	119	25

Figura 5: Resultados da 5ª etapa de consolidação, ciclo 2020-2022

5ª ETAPA - ATÉ 31/03/2022					
TIPO DE ATO	TRIAGEM	EXAMINADOS	REVOGADOS	VIGENTES	CONSOLIDADOS
I - PORTARIAS NORMATIVAS	43	43	0	26	0
II - RESOLUÇÕES NORMATIVAS	659	659	209	450	108
III - INSTRUÇÕES NORMATIVAS	101	101	38	63	27
IX - OUTROS ATOS NORMATIVOS	0	0	0	0	0
TOTAL	803	803	247	539	135

Ao final do ciclo de consolidação, 1155 atos foram revogados (sendo que 853 desses atos tiveram o seu conteúdo permanentemente retirado do estoque regulatório da Anvisa e 339 foram consolidados em novos atos normativos adequados ao Decreto nº 10.139, de 2019, o que resultou em sua revogação). Outros 742 atos permaneceram vigentes, inalterados, por estarem adequados, judicializados ou por terem sido publicados após a consolidação da pertinência temática; e 187 atos normativos consolidados foram publicados.

Em síntese, destaca-se que no início dos trabalhos de revisão e consolidação foram triados 1932 atos normativos, sendo que 1915 normas vigentes foram efetivamente avaliadas. Ao final, após as revogações e consolidações realizadas, o estoque regulatório da Anvisa contempla um total de 929 atos normativos vigentes, o que representa uma redução e simplificação significativa da regulamentação sanitária editada pela Agência.

5. LISTA DE REVISÃO APROFUNDADA

Conforme apontado anteriormente, o Decreto nº 10.139, de 2019, estabelece em seu art. 7º, inciso II-A e em seu art. 14, parágrafo único, que os atos vigentes com necessidade de revisão mais profunda,

inclusive com possibilidade de alterações de mérito, devem atender ao prazo de 1º de agosto de 2022 para a sua revisão e consolidação.

A Procuradoria Federal junto à Anvisa, em seu PARECER n. 00183/2021/CCONS/PFANVISA/PGF/AGU, esclarece que os dispositivos do Decreto nº 10.139, de 2021, acima citados impõem a emissão, até 1º de agosto de 2022, de uma decisão administrativa que reconheça e enumere os atos normativos da Anvisa que necessitam de alterações mais profundas, inclusive quanto ao seu mérito, mas não a efetiva edição dos atos normativos alteradores ou substitutivos.

Nessa mesma linha, a Procuradoria Federal informa que o prazo supracitado constitui a data limite para emissão de uma decisão administrativa que elenque todos os atos normativos vigentes que não serão revogados, consolidados ou mantidos inalterados, mas que passarão por revisões mais profundas seguindo as diretrizes e os procedimentos regulatórios para edição de regulamentos na Anvisa.

Nesse sentido, durante o exame das normas ao longo das cinco etapas apontadas anteriormente, identificou-se que alguns dos atos normativos mantidos vigentes naquele momento enquadram-se nessa situação, com a necessidade de serem submetidos a uma revisão mais profunda.

Dessa forma, 534 atos normativos foram identificados como candidatos a compor a lista de revisão aprofundada a ser emitida até 1º de agosto de 2022 e, desse montante, 18 atos serão encaminhados para outros órgãos uma vez que foi verificada que sua edição não é de competência da Anvisa.

Com isso, 515 foram efetivamente examinados, sendo que 21 deles já foram revogados. Assim, 494 atos permanecem vigentes, com a indicação da necessidade de sua submissão a uma revisão mais profunda, nos termos do art. 7º, inciso II-A do Decreto.

Esses 494 atos contemplam: (i) normas com previsão de revisão profunda de mérito e já contempladas na Agenda Regulatória da Anvisa 2021-2023; (ii) normas com necessidade de revisão de mérito, mas não contempladas na Agenda 2021-2023; e (iii) normas com técnica legislativa ou redação defasada e que necessitam de ampla revisão de forma.

Em conclusão, foi elaborada uma lista (ANEXO) contendo esses 494 atos normativos com necessidade de revisão aprofundada.

A perspectiva é que lista seja deliberada pela Diretoria Colegiada e, após a sua aprovação, publicada no sítio eletrônico da Anvisa, atendendo às disposições dos art. 7º, inciso II-A c/c seu art. 14, parágrafo único, do Decreto nº 10.139, de 2019, bem como às recomendações do PARECER n. 00183/2021/CCONS/PFANVISA/PGF/AGU emitido pela Procuradoria Federal junto à Anvisa.

ANEXO

Lista de atos normativos da Anvisa com necessidade de revisão aprofundada

	Identificação do Ato	Assunto/Ementa
1	Portaria - PRT nº17/1966	Dispõe sobre a manipulação, receituário industrialização e venda de produtos utilizados em homeopatia.
2	Resolução - RES nº17/1968	Permissão do uso do produto N.N'Dibenzoil p.p " Diamino Estilbeno 2,2 " Dissulfato Dissódico.
3	Resolução - RES nº11/1972	Permissão o emprego de Polímeros como coadjuvante da tecnologia de fabricação do açúcar.
4	Resolução - RES nº18/1972	Permite o empResolução nºgo das substâncias: Cianoditiocarbamato de Sódio, Etilenobisditiocarbamato Dissódico, Etilenodiamina, N-Metiltiocarbamato de Potássio e Dimetiltio-Carbamato de Sódio, como coadjuvantes da tecnologia da fabricação do açúcar.
5	Resolução - RES nº21/1973	Dispõe sobre a permissão do uso do dióxido de cloro como coadjuvante tecnológico em alguns produtos.
6	Resolução - RES nº14/1975	Autorização sobre o emprego do produto Depuralit.
7	Resolução - RES nº17/1976	Dispõe sobre a autorização para o uso de aditivos intencionais, incluídos os coadjuvantes de tecnologia de fabricação, em alimentos.
8	Resolução - RES nº19/1976	Álcool estearílico-fabricação açucareira. Considerar o álcool estearílico como coadjuvante da tecnologia de fabricação açucareira (agente antiespumífero)
9	Resolução - RES nº38/1977	Permite o uso de fermentos químicos, fermentos biológicos, nutrientes para levedura e agentes de maturação como coadjuvantes da tecnologia na fabricação de produtos forneados, tais como: pão, broa, biscoito, bolacha, bolo, torta e demais produtos afins de confeitaria.
10	Resolução - RES nº13/1978	Dispõe sobre a permissão do uso de Dioxido de Cloro (ClO 2) como coadjuvante tecnológico em determinados produtos.
11	Resolução - RES nº13/1979	Dispõe sobre a permissão do uso de Dioxido de Cloro (ClO 2) como coadjuvante tecnológico em determinados produtos.
12	Resolução - RES nº 10/1984	Dispõe sobre instruções para conservação nas fases de transporte, comercialização e consumo dos alimentos perecíveis, industrializados ou beneficiados, acondicionados em embalagens
13	Portaria - PRT nº9/1987	Proíbe os corantes relacionados no Anexo I à presente para uso em saneantes domissanitários.
14	Portaria - PRTC nº292/1989	Obriga o registro junto ao Ibama das empresas que se dediquem a industria e comercio de preservativos e preservacao de madeiras
15	Portaria - PRT nº108/1991	Normatiza a composição de produtos para a Terapia de Reidratação Oral (TRO) e determina o conteúdo mínimo de informações que devem ser fornecidas aos profissionais de saúde e ao usuário.
16	Portaria - PRT nº1428/1993	Aprova o "Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos", as "Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos" e o "Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ's) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos".

17	Portaria - PRT n°72/1995	Autoriza o uso de Fosfato Trissódico Dodecahidratado com a função de coadjuvante de tecnologia na lavagem de ovos e carcaças de carnes cruas, tais como: bovinas, porcinas e ovinas
18	Portaria - PRT n°235/1996	Concede o uso de peróxido de hidrogênio como coadjuvante de tecnologia para o branqueamento de estômago, bucho, tripa e mocotó de bovino, respeitando as boas prática de fabricação.
19	Portaria - PRT n°27/1996	Aprova o Regulamento Técnico sobre embalagens e equipamentos de vidro e cerâmica em contato com alimentos, e não metálicos.
20	Portaria - PRT n°161/1997	Aprova o uso do Sistema Lactoperoxidase, com a função de coadjuvante de tecnologia, para controle de microorganismos no processo de fabricação de alimentos semi-preparados e de molhos aquosos que tenham pH compreendido entre 3.5 e 8.0, tratados termicamente por processo tecnológico adequado.
21	Portaria - PRT n°326/1997	Aprova o Regulamento Técnico: "Condições Higiênicos-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos".
22	Portaria - PRT n°385/1997	Fica aprovado o modelo anexo, de autorização de fabricação para fim exclusivo de exportação.
23	Portaria - PRT n°540/1997	Aprova o Regulamento Técnico: Aditivos Alimentares - definições, classificação e emprego.
24	Portaria - PRT n°554/1997	Aprova a extensão de uso dos aditivos abaixo, com suas respectivas funções, em prepararações para infusões ou decocções(chás), obedecidos os devidos limites.
25	Portaria - PRT n°28/1998	Aprova o uso de aditivos para alimentos com Informação Nutricional Complementar e Alimentos para Fins Especiais.
26	Portaria - PRT n°34/1998	Aprova o Regulamento Técnico referente a Alimentos de Transição para Lactentes e Crianças de Primeira Infância.
27	Portaria - PRT n°35/1998	Aprovar para Alimentos de Transição para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (Sopinha, Papinha, Purê e Suquinho) a extensão de uso dos aditivos intencionais constantes do anexo desta Portaria.
28	Portaria - PRT n°36/1998	Aprova o Regulamento Técnico referente a Alimentos à Base de Cereais para Alimentação Infantil.
29	Portaria - PRT n°39/1998	Aprova para Adoçantes de Mesa a extensão de uso dos aditivos intencionais e coadjuvantes de tecnologia.
30	Portaria - PRT n°272/1998	Aprova o Regulamento Técnico para fixar os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Parenteral.
31	Portaria - PRT n°296/1998	Estabelece que, para efeito de Registro ou de Alteração de Registro de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, no âmbito do Mercosul, deve ser adotada, em caráter complementar à nomenclatura original das substâncias da formulação, outras nomenclaturas.
32	Portaria - PRT n°344/1998	Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
33	Portaria - PRT n°987/1998	Aprova o Regulamento Técnico para embalagens descartáveis de polietileno tereftalato - PET - multicamada destinadas ao acondicionamento de bebidas não alcóolicas carbonatadas.
34	Portaria - PRT n°6/1999	Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12 de maio de 1998 que institui o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos, sujeitos a controle especial.

35	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº10/1999	As mamadeiras, chupetas, mordedores e bicos não são passíveis de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, estando, porém, sujeitos ao regime de vigilância sanitária.
36	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº18/1999	Republicar a Resolução nº 363, de 29 de julho de 1999 que trata do processo de industrialização e comercialização de palmitos.
37	Resolução - RE nº4/1999	Dispõe sobre a inclusão do aditivo fosfato de dimagnésio na composição de fermentos químicos.
38	Resolução - RE nº9/1999	Aprovar o “Regulamento Técnico para Boas Práticas de Fabricação (BPF) de Bolsas de Sangue” e Anexos, contendo normas técnicas e condições necessárias para garantir a qualidade das bolsas plásticas para coleta e acondicionamento de sangue humano e seus componentes.
39	Resolução - RE nº16/1999	REGULAMENTO REFERENTE A PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE ALIMENTOS E OU NOVOS INGREDIENTES
40	Resolução - RE nº17/1999	Diretrizes básicas para avaliação de risco e segurança dos alimentos
41	Resolução - RE nº19/1999	Aprovar o REGULAMENTO TÉCNICO DE PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE ALIMENTO COM ALEGAÇÃO DE PROPRIEDADES FUNCIONAIS E OU DE SAÚDE EM SUA ROTULAGEM.
42	Resolução - RE nº105/1999	Aprovar os Regulamentos Técnicos: Disposições Gerais para Embalagens e Equipamentos Plásticos em contato com Alimentos e seus Anexos
43	Resolução - RE nº383/1999	Aprovar o “REGULAMENTO TÉCNICO QUE APROVA O USO DE ADITIVOS ALIMENTARES, ESTABELECE SUAS FUNÇÕES E SEUS LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS 7 – PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E BISCOITOS
44	Resolução - RE nº387/1999	Aprovar o “REGULAMENTO TÉCNICO QUE APROVA O USO DE ADITIVOS ALIMENTARES, ESTABELECE SUAS FUNÇÕES E SEUS LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS 5: BALAS, CONFEITOS, BOMBONS, CHOCOLATES E SIMILARES
45	Resolução - RE nº388/1999	Aprovar o “REGULAMENTO TÉCNICO QUE APROVA O USO DE ADITIVOS ALIMENTARES, ESTABELECE SUAS FUNÇÕES E SEUS LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS 19 – SOBREMESAS”,
46	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº7/2000	Dispõe sobre a emissão do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle para fins de Autorização para Exportação de palmito em conserva para o Brasil.
47	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº22/2000	Dispõe sobre os procedimentos básicos de Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de produtos IMPORTADOS pertinentes à área de alimento
48	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº23/2000	Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos
49	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº27/2000	Aprovar a EXTENSÃO DE USO DOS ADITIVOS DIÓXIDO DE ENXOFRE E SEUS SAIS DE CÁLCIO, SÓDIO E POTÁSSIO, NA FUNÇÃO DE CONSERVADOR PARA XAROPE DE GLICOSE de acordo com a tabela.
50	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº28/2000	Dispõe sobre os procedimentos básicos de Boas Práticas de Fabricação em estabelecimentos beneficiadores de sal destinado ao consumo humano e o roteiro de inspeção sanitária em indústrias beneficiadoras de sal.
51	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº38/2000	Aprova as Normas Gerais para produtos Saneantes Domissanitários destinados exclusivamente à exportação.

52	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº41/2000	As entidades ou empresas que porventura pretendam cadastrar-se junto à ANVS/MS para se habilitarem à realização dos ensaios de equivalência farmacêutica, biodisponibilidade e/ou bioequivalência deverão proceder ao preenchimento de formulário específico disponível, via Internet, no endereço eletrônico http://anvs.saude.gov.br , Seção da Rede Brasileira de Laboratórios, item cadastramento.
53	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº48/2000	Fica aprovado o Roteiro de Inspeção do Programa de Controle de Infecção Hospitalar
54	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº68/2000	Aprova o regulamento para apuração de indícios de infração à ordem econômica e cobrança da penalidade como medida preventiva prevista na Lei n.º 9.782/99 e alterações da Medida Provisória nº 2.000-17/00 e inscrição na dívida ativa da ANVS.
55	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº74/2000	Aprovar o "Programa de Capacitação de Inspectores em Boas Práticas de Fabricação e Controle para a Indústria de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes".
56	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº77/2000	Dispõe sobre a extensão de uso do aditivo INS 905a Óleo Mineral, como coadjuvante de tecnologia nas funções de agente de moldagem em balas de goma e de gelatina e de agente supressor de pó em grãos de cereais.
57	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº92/2000	Altera a Resolução nº 510, de 1º/10/1999, que estabelece critérios para rotulagem de todos os medicamentos.
58	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº104/2000	Exclusão do Cloreto de Etila da Lista F2 - Lista das Substâncias Psicotrópicas de Uso Proscrito no Brasil, da Portaria SVS/MS nº 344/98, de 12 de maio de 1998. Fica proibido o uso do Cloreto de Etila para fins médicos.
59	Portaria Conjunta - PRTC nº1/2001	Determina a reavaliação toxicológica e ambiental dos produtos técnicos e formulados a base de benomil e carbendazim
60	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº7/2001	Aprovar a extensão de uso Ácido Lático (INS 270) como coadjuvante de tecnologia, na função de agente de controle de microrganismos na lavagem de ovos, carcaças ou partes de animais de açougue em quantidade suficiente para obter o efeito desejado.
61	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº8/2001	Aprovar o Regulamento Técnico que Institui as Boas Práticas de Fabricação do Concentrado Polieletrólíticos para Hemodiálise - CPHD.
62	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº21/2001	Aprovar o REGULAMENTO TÉCNICO PARA IRRADIAÇÃO DE ALIMENTOS
63	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº33/2001	Aprovar o "Regulamento Técnico que aprova o uso de Aditivos Alimentares, estabelecendo suas funções e seus limites máximos para a Categoria de Alimentos 12: Sopas e Caldos".
64	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº34/2001	Aprovar o "Regulamento Técnico que aprova o uso de Aditivos Alimentares, estabelecendo suas funções e seus limites máximos para a Categoria de Alimentos 21: Preparações culinárias industriais".
65	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº47/2001	Os medicamentos genéricos, de acordo com a Lei nº 9.787, de 1999 e Resolução ANVISA RDC 10, de 2001, registrados ou que vierem a ser registrados junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, devem ter, para facilitar a sua distinção, em suas embalagens externas, o logotipo que identifica o medicamento genérico, impresso dentro de uma faixa amarela, PANTONE 116C, com largura igual a um quinto da maior face total, cobrindo a face principal e as laterais da embalagem.
66	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº91/2001	Aprovar o Regulamento Técnico - Critérios Gerais e Classificação de Materiais para Embalagens e Equipamentos em Contato com Alimentos constante do Anexo desta Resolução.

67	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº122/2001	Aprovar o Regulamento Técnico sobre Ceras e Parafinas em Contato com Alimentos.
68	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº123/2001	Aprovar o Regulamento Técnico sobre Embalagens e Equipamentos Elastoméricos em Contato com Alimentos.
69	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº124/2001	Aprovar o Regulamento Técnico sobre Preparados Formadores de Películas a base de Polímeros e/ou Resinas destinados ao revestimento de Alimentos.
70	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº146/2001	Aprovar o processo de deposição de camada interna de carbono amorfo em garrafas de polietileno tereftalato (PET) virgem via plasma, destinadas a entrar em contato com alimentos dos tipos de I a VI, da temperatura de congelamento à temperatura ambiente por tempo prolongado, e temperatura máxima de processamento do alimento de 121°C.
71	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº149/2001	Estabelece que as instituições executoras de atividades hemoterápicas, públicas e privadas e entidades filantrópicas ficam obrigadas a encaminhar, às Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Municipais o formulário do Sistema de Informação de Produção Hemoterápica - HEMOPROD.
72	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº151/2001	Aprovar o Regulamento Técnico sobre Níveis de Complexidade dos Serviços de Hemoterapia.
73	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº185/2001	Aprovar o Regulamento Técnico que consta no anexo desta Resolução, que trata do registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
74	Resolução - RE nº528/2001	Proíbe o uso de composto mercuriais nos medicamentos.
75	Resolução - RE nº543/2001	Determinar a imediata proibição da presença do etanol na composição dos referidos medicamentos, fabricados a partir desta data.
76	Resolução - RE nº552/2001	Determinar a proibição da presença do ácido bórico e o borax na composição de produtos anti-sépticos tópicos, indicados para uso infantil
77	Instrução Normativa Conjunta - INC nº 9/2002	Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas "in natura".
78	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº1/2002	Aprovar a extensão de uso dos Aditivos INS 341iii Fosfato Tricálcico e INS 500i Carbonato de Sódio na função de antiumectantes em açúcar em cubos.
79	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº30/2002	Determinar que todos os produtos de uso tópico contendo cânfora em suas formulações, apResolução nºsentem em suas rotulagens, bulas, impResolução nºssos em etiquetas e prospectos advertências nos termos desta Resolução de Diretoria Colegiada nº.
80	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº31/2002	Ampliar a proibição contida no art. 1º da RE nº 552, de 20 de abril de 2001, a todas as formas farmacêuticas de medicamentos anti-sépticos de uso tópico indicados para uso infantil.
81	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº50/2002	Aprovar o Regulamento Técnico destinado ao planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, anexo a esta Resolução, a ser observado em todo território nacional, na área pública e privada.
82	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº79/2002	Fica Alterado a Portaria SVS/MS n.º 39, de 13 de janeiro de 1998 para excluir a substância Leucina do Anexo "Coadjuvantes de Tecnologia para Adoçantes em Tabletes", acrescentando-a como "Veículo para Adoçantes em Tabletes".

83	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº124/2002	Aprovar as Guias relacionadas, em anexo, que poderão ser adotadas a fim de explicitar procedimentos técnicos relacionados com produtos submetidos ao regime de vigilância sanitária, que, uma vez publicadas no DOU, passarão a integrar o repertório jurídico sanitário.
84	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº169/2002	Alterar a tabela constante no anexo do "Regulamento Técnico que Aprova o Uso de Aditivos Alimentares, Estabelecendo suas Funções e seus Limites Máximos para a Categoria de Alimentos 19 – Sobremesas".
85	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº192/2002	Aprovar o Regulamento Técnico, anexo a esta Resolução, visando disciplinar o funcionamento das empresas de Ortopedia Técnica, Confeções de Palmilhas e Calçados Ortopédicos e de Comercialização de Artigos Ortopédicos, instaladas no território nacional.
86	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº202/2002	Determinar que a Notificação de Receita "A" não será exigida para dispensação de medicamentos à base das substâncias morfina, medatona e codeína, ou de seus sais, a pacientes em tratamento ambulatorial, cadastrados no Programa Nacional de Assistência à Dor e Cuidados Paliativos, do Sistema Único de Saúde, instituído pela Portaria GM/MS nº 19, de 3 de janeiro de 2002.
87	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº217/2002	Aprovar o Regulamento Técnico sobre Películas de Celulose Regenerada em Contato com Alimentos constante do anexo desta Resolução.
88	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº218/2002	Aprovar o Regulamento Técnico sobre Tripas Sintéticas de Celulose Regenerada em Contato com Alimentos constante do anexo desta Resolução.
89	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº221/2002	Aprovar o regulamento técnico sobre chupetas, bicos, mamadeiras e protetores de mamilo, anexo a esta Resolução.
90	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº222/2002	Aprovar o Regulamento Técnico para Promoção Comercial de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, constante do anexo desta Resolução.
91	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº239/2002	Estabelecer a periodicidade trimestral para o envio das cópias simplificadas às autoridades sanitárias dos Estados Partes, dos "Formulários Trimestrais de Importação e Exportação de Entorpecentes e de Psicotrópicos" encaminhados à Junta Internacional de Fiscalização – JIFE.
92	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº275/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.
93	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº277/2002	Ampliar a proibição contida no art. 1º da RE nº 552, de 20 de abril de 2001, a todas as formas farmacêuticas de medicamentos anti-sépticos de uso tópico indicados para uso infantil.
94	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº305/2002	Ficam proibidos, em todo o território nacional, enquanto persistirem as condições que configurem risco à saúde, o ingresso e a comercialização de matéria-prima e produtos acabados, semilaborados ou a granel para uso em seres humanos, cujo material de partida seja obtido a partir de tecidos/fluidos de animais ruminantes, relacionados às classes de medicamentos, cosméticos e produtos para a saúde.
95	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº307/2002	Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

96	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº345/2002	Aprovar, conforme anexo I, o Regulamento Técnico para a Autorização de Funcionamento de empresas interessadas em prestar serviços de interesse da saúde pública em veículos terrestres que operem transportes coletivos internacional de passageiros, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteira e recintos alfandegados.
97	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº346/2002	Aprovar, conforme Anexo I, o Regulamento Técnico para a Autorização de Funcionamento e Autorização Especial de Funcionamento de Empresas interessadas em operar a atividade de armazenar mercadorias sob vigilância sanitária em Terminais Aquaviários, Portos Organizados, Aeroportos, Postos de Fronteira e Recintos Alfandegados.
98	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº352/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Frutas e ou Hortalças em Conserva e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Frutas e ou Hortalças em Conserva.
99	Resolução - RE nº1/2002	Manter a proibição da presença de etanol em todos os produtos fortificantes, estimulantes de apetite e crescimento, e complementos de ferro conforme disposto na Resolução RE nº 543/01.
100	Resolução - RE nº482/2002	Determinar a publicação do "Guia para Estudos de Correlação In Vitro-In Vivo (CIVIV)",
101	Resolução - RE nº572/2002	OS MEDICAMENTOS CONTENDO O EXCIPIENTE CORANTE TARTRAZINA (AMARELO FD&C Nº5) DEVEM CONTER NA BULA, DE FORMA CLARAMENTE VISÍVEL E DESTACADA, O SEGUINTE AVISO: ESTE PRODUTO CONTÉM O CORANTE AMARELO DE TARTRAZINA (FD&C Nº 5) QUE PODE CAUSAR REAÇÕES DE NATUREZA ALÉRGICA, ENTRE AS QUAIS ASMA BRÔNQUICA E URTICÁRIA, EM PESSOAS SUSCETÍVEIS.
102	Resolução - RE nº1554/2002	Enquadra os aparelhos ativos, eletroestimuladores, para utilização em educação física, embelezamento e correção estética na classe de risco II, Regra 9, conforme previsto pelo parágrafo único do Art. 1º da Resolução - RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.
103	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº2/2003	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Industrializadores de Amendoins Processados e Derivados e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Industrializadores de Amendoins Processados e Derivados
104	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº13/2003	Estabelece os dizeres de rotulagem que devem constar em produtos com indicação para hipersensibilidade dentinária.
105	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº17/2003	A importação de padrões de referência, incluindo padrões de produtos agrotóxicos, somente poderá ser realizada, após solicitação de órgãos, entidade(s) ou empresa(s) interessado(s) e aprovação por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
106	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº45/2003	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Utilização das Soluções Parenterais (SP) em Serviços de Saúde a fim de assegurar que tais produtos, quando administrados, sejam seguros e eficazes.
107	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº68/2003	Estabelece condições para importação, comercialização, exposição ao consumo dos produtos incluídos na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 305, de 14 de novembro de 2002.

108	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº81/2003	Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação do fabricante do produto palmito em conserva, litografada na parte lateral da tampa metálica da embalagem de vidro do produto palmito em conserva e elaboração, implementação e manutenção de Procedimentos Operacionais Padronizados – POPs para acidificação e tratamento térmico.
109	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº137/2003	O registro/renovação de registro de medicamentos pertencentes às classes/ princípios ativos relacionadas em ANEXO, só serão autorizados se as bulas contiverem a advertência pertinente, conforme relação anexa.
110	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº172/2003	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Industrializadores de Amendoins Processados e Derivados e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Industrializadores de Amendoins Processados e Derivados
111	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº222/2003	Dispõe sobre os formulários de petição obtidos pelo peticionamento eletrônico.
112	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº267/2003	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Industrializadores de Gelados Comestíveis e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Industrializadores de Gelados Comestíveis.
113	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº281/2003	EXIGIR como procedimento de importação para “aceite de orujo de oliva” ou óleo de bagaço e ou caroço de oliva, sem prejuízo da documentação exigida para este fim, a apresentação do laudo de análise do produto quanto à presença de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, especificamente o alfa-benzopireno, com identificação do lote e ou data de produção ou fabricação.
114	Resolução - RE nº9/2003	Determinar a publicação de Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, em anexo.
115	Resolução - RE nº894/2003	Determinar a publicação do "Guia para protocolo e relatório técnico de estudo de bioequivalência".
116	Resolução - RE nº895/2003	Determinar a publicação do “Guia para elaboração de relatório técnico de estudo de biodisponibilidade relativa/bioequivalência”.
117	Resolução - RE nº898/2003	Determinar a publicação do "Guia para planejamento e realização da etapa estatística de estudos de biodisponibilidade relativa/bioequivalência”.
118	Resolução - RE nº1548/2003	Determinar a publicação das “Categorias de risco de fármacos destinados às mulheres grávidas” anexo.
119	Instrução Normativa - IN nº 1/2004	REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS E INGREDIENTES ALIMENTARES QUE CONTENHAM OU SEJAM PRODUZIDOS A PARTIR DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS
120	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº2/2004	Aprovar o uso do ÁCIDO PERACÉTICO como coadjuvante de tecnologia na função de agente de controle de microrganismos na lavagem de ovos, carcaças e ou partes de animais de açougue, peixes e crustáceos e hortifrutícolas em quantidade suficiente para obter o efeito desejado, sem deixar resíduos no produto final.
121	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº13/2004	Aprova conforme anexo o Regulamento Técnico para a Vigilância Sanitária do Ingresso, Consumo e Saída do Território Nacional, de Mercadorias Sob Vigilância Sanitária não regularizadas perante o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, destinadas à Exposição, Demonstração ou Distribuição em Feiras ou Eventos, em anexo.

122	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº27/2004	Aprovar para Alimentos à Base de Cereais para Alimentação Infantil a extensão de uso de aditivos alimentares coadjuvantes de tecnologia constantes do anexo da Portaria.
123	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº61/2004	Dispõe sobre Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de comércio exterior por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA.
124	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº216/2004	Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
125	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº250/2004	Trata da revalidação de registro de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.
126	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº297/2004	Revoga artigo primeiro da RDC 333 de 2003 e dá novo prazo para cumprimento do regulamento de rotulagem.
127	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº19/2005	Fica criada a Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica - RENACIAT.
128	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº23/2005	Aprovar "REGULAMENTO TÉCNICO QUE APROVA O USO DE ADITIVOS ALIMENTARES, ESTABELECENDO SUAS FUNÇÕES E SEUS LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS ÓLEOS E GORDURAS – SUBCATEGORIA CREME VEGETAL E MARGARINAS", constante do Anexo desta Resolução.
129	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº25/2005	Aprovar o "REGULAMENTO TÉCNICO QUE APROVA O USO DOS ADITIVOS ALIMENTARES, ESTABELECENDO SUAS FUNÇÕES E LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS: PRODUTOS PROTÉICOS – SUBCATEGORIA: BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS A BASE DE SOJA", constante do anexo desta Resolução.
130	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº108/2005	Aprova o Regulamento Técnico para empresas que exerçam atividade de fracionamento de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes com venda direta ao consumidor, conforme Regulamento Técnico do Anexo I.
131	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº201/2005	Proíbe o uso do aditivo INS 425 konjac (goma konjac, farinha de konjac, ou glucomanano de konjac) em produtos de sobremesas, balas e similares à base de gelificantes.
132	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº204/2005	Regulamenta o procedimento de petições submetidas à análise pelos setores técnicos da ANVISA e revoga a RDC nº 349, de 3 de dezembro de 2003.
133	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº208/2005	Dispõe sobre a possibilidade do Setor Regulado utilizar-se da assinatura digital nos procedimentos eletrônicos de petição com a ANVISA.
134	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº218/2005	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.
135	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº248/2005	Aprovar o Regulamento Técnico sobre o uso de Coadjuvantes de Tecnologia, estabelecendo suas funções, para a Categoria de Alimentos – Óleos e Gorduras, constantes do Anexo da presente Resolução.
136	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº286/2005	Aprovar o Regulamento Técnico sobre o uso de Coadjuvantes de Tecnologia, estabelecendo suas funções, para a Subcategoria de Alimento: Bebidas Alcoólicas, constantes do Anexo desta Resolução.
137	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº302/2005	Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.
138	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº11/2006	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar
139	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº20/2006	Estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento de serviços de radioterapia, visando a defesa da saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral.

140	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº80/2006	As farmácias e drogarias poderão fracionar medicamentos a partir de embalagens especialmente desenvolvidas para essa finalidade de modo que possam ser dispensados em quantidades individualizadas para atender às necessidades terapêuticas dos consumidores e usuários desses produtos, desde que garantidas as características asseguradas no produto original registrado e observadas as condições técnicas e operacionais estabelecidas nesta resolução.
141	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº102/2006	Aprovar o Regulamento que consolida as políticas e diretrizes concernentes à gestão de recursos humanos da Agência Nacional de vigilância sanitária, conforme anexo.
142	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº156/2006	Dispõe sobre o registro, rotulagem e reprocessamento de produtos médicos, e dá outras providências.
143	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº164/2006	Ficam proibidos todos os usos do Ingrediente Ativo Pentaclorofenol (PCF) e seus sais no Brasil.
144	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº165/2006	FICAM PROIBIDOS TODOS OS USOS DO INGREDIENTE ATIVO LINDANO NO BRASIL.
145	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº171/2006	Aprovar o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para os Bancos de Leite Humano (BLH),
146	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº173/2006	Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural e a Lista de Verificação das Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural.
147	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº175/2006	Contratação de serviços de terceirização de produtos Saneantes fabricados no âmbito do MERCOSUL.
148	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº176/2006	Aprova o Regulamento Técnico “Contratação de Terceirização para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes”.
149	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº204/2006	Determinar a todos os estabelecimentos que exerçam as atividades de importar, exportar, distribuir, expedir, armazenar, fracionar e embalar insumos farmacêuticos o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Regulamento Técnico de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento de Insumos Farmacêuticos, conforme Anexo da presente Resolução.
150	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº207/2006	Altera a Resolução nº 185, de 22/10/2001, que aprova o Regulamento Técnico que trata do registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
151	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº215/2006	Fica cancelada a monografia do ingrediente ativo monocrotófos a partir de 30 de novembro de 2006
152	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº222/2006	Esta Resolução dispõe sobre o sistema de petição e arrecadação eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e estabelece normas voltadas para o recolhimento da receita proveniente da arrecadação das Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária.
153	Resolução - RE nº1170/2006	Determina a publicação do Guia para provas de biodisponibilidade relativa/bioequivalência de medicamentos.
154	Resolução - RE nº2605/2006	Estabelece a lista de produtos médicos enquadrados como de uso único proibidos de ser reprocessados, que constam no anexo desta Resolução.
155	Resolução - RE nº2606/2006	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração, validação e implantação de protocolos de reprocessamento de produtos médicos e dá outras providências.
156	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº2/2007	APROVAR REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ADITIVOS AROMATIZANTES.

157	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº3/2007	APROVAR REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE "ATRIBUIÇÃO DE ADITIVOS E SEUS LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS 3: GELADOS COSMÉTICOS".
158	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº4/2007	APROVAR REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE "ATRIBUIÇÃO DE ADITIVOS E SEUS LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS 13: MOLHOS E CONDIMENTOS."
159	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº5/2007	APROVAR REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE "ATRIBUIÇÃO DE ADITIVOS E SEUS LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS 16.2: BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, SUBCATEGORIA, 16.2.2: BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS GASEIFICADAS E NÃO GASEIFICADAS.
160	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº11/2007	ALTERA O ARTIGO 1º, E OS ARTIGOS 1º, 2º E 3º DO ANEXO I, AS EXIGÊNCIAS DOCUMENTAIS DO QUADRO ANEXO DA RESOLUÇÃO - RDC N.º 61, DE 19 DE MARÇO DE 2004.
161	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº16/2007	APROVAR REGULAMENTO TÉCNICO PARA MEDICAMENTOS GENÉRICOS, ANEXO I. ACOMPANHA ESSE REGULAMENTO O ANEXO II, INTITULADO "FOLHA DE ROSTO DO PROCESSO DE REGISTRO E PÓS-REGISTRO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS".
162	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº17/2007	APROVAR REGULAMENTO TÉCNICO PARA REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR
163	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº20/2007	APROVAR "REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE DISPOSIÇÕES PARA EMBALAGENS, REVESTIMENTOS, UTENSÍLIOS, TAMPAS E EQUIPAMENTOS METÁLICOS EM CONTATO COM ALIMENTOS".
164	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº29/2007	APROVAR AS REGRAS REFERENTES AO REGISTRO E COMERCIALIZAÇÃO PARA A SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE INFUSÃO ABERTO PARA FECHADO EM SOLUÇÕES PARENTERAIS DE GRANDE VOLUME.
165	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº51/2007	ALTERA O ITEM 2.3, VI, DO ANEXO I, DA RESOLUÇÃO RDC Nº 16, DE 2 DE MARÇO DE 2007 E O ANEXO DA RESOLUÇÃO RDC Nº 17, DE 2 DE MARÇO DE 2007.
166	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº53/2007	ALTERA OS ITENS 1.2 E 2.1, AMBOS DO ITEM VI, DO ANEXO DA RESOLUÇÃO RDC Nº 17, DE 2 DE MARÇO DE 2007 - DISPENSAÇÃO - GENÉRICOS E SIMILARES.
167	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº55/2007	DISPÕE SOBRE REGULAMENTO TÉCNICO PARA CONCESSÃO, RENOVAÇÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇOS DE SAÚDE COM PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL ESTRANGEIRO E QUE DESENVOLVEM AÇÕES E PESQUISAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR.
168	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº60/2007	APROVAR O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE "ATRIBUIÇÃO DE ADITIVOS E SEUS LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS 6 :CEREAIS E PRODUTOS DE OU A BASE DE CEREAIS".
169	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº67/2007	DISPÕE SOBRE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE PREPARAÇÕES MAGISTRAIS E OFICINAIS PARA USO HUMANO EM FARMÁCIAS.
170	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº70/2007	APROVAR A INCLUSÃO DE USO DO ADITIVO INS 242 DIMETIL DICARBONATO OU DICARBONATO DIMÉTILICO, NA FUNÇÃO DE CONSERVADOR
171	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº93/2007	DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA DE FATO GERADOR E TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA SOBRE A REPÚBLICA DA BOLÍVIA, BEM COMO ALTERA DISPOSITIVOS DA RDC Nº 8, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2007, E DA RDC 222, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006.
172	Instrução Normativa - IN nº2/2008	Dispõe sobre os Indicadores para a Avaliação dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal
173	Instrução Normativa Conjunta - INC nº 819/2008	Estabelece a utilização da Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA) para os controles a cargo da RFB, VIGIAGRO/SDA e ANVISA
174	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº6/2008	APROVAR A EXTENSÃO DE USO DE ADITIVOS ALIMENTARES PARA ADOÇANTES DE MESA.

175	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº8/2008	PROIBIR O USO DOS ADITIVOS INS 216 PARA-HIDROXIBENZOATO DE PROPILA OU PROPILPARABENO E INS 217 PARA-HIDROXIBENZOATO DE PROPILA DE SÓDIO OU PROPILPARABENO DE SÓDIO EM ALIMENTOS.
176	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº13/2008	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DE USO DO COADJUVANTE DE TECNOLOGIA PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO COM A FUNÇÃO DE AGENTE DE CLARIFICAÇÃO PARA FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR, COM LIMITE QUANTUM SATIS.
177	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº18/2008	Dispõe sobre o "Regulamento Técnico que autoriza o uso de aditivos edulcorantes em alimentos, com seus respectivos limites máximos".
178	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº20/2008	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE EMBALAGENS DE POLIETILENOTEREFALATO (PET) PÓS-CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO (PET-PCR GRAU ALIMENTÍCIO) DESTINADOS A ENTRAR EM CONTATO COM ALIMENTOS.
179	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº21/2008	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO E CONTROLE SANITÁRIO DE VIAJANTES EM PORTOS, AEROPORTOS, PASSAGENS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.
180	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº27/2008	ESTABELECE REGRAS GERAIS PARA OS PRODUTOS PARA A SAÚDE, QUANDO FABRICADOS NO BRASIL E DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE À EXPORTAÇÃO.
181	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº29/2008	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O CADASTRAMENTO NACIONAL DOS BANCOS DE CÉLULAS E TECIDOS GERMINATIVOS (BCTG) E O ENVIO DA INFORMAÇÃO DE PRODUÇÃO DE EMBRIÕES HUMANOS PRODUZIDOS POR FERTILIZAÇÃO IN VITRO E NÃO UTILIZADOS NO RESPECTIVO PROCEDIMENTO.
182	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº33/2008	APROVAR O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO, ELABORAÇÃO, AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA HEMODIÁLISE, VISANDO A DEFESA DA SAÚDE DOS PACIENTES E DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS.
183	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº36/2008	DISPÕE SOBRE REGULAMENTO TÉCNICO PARA FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO OBSTÉTRICA E NEONATAL
184	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº38/2008	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS DE MEDICINA NUCLEAR “IN VIVO”.
185	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº63/2008	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 34 DA PORTARIA SVS/MS Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998. EXP. 813242089
186	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº64/2008	APROVA REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE “ATRIBUIÇÃO DE ADITIVOS E SEUS LIMITES MÁXIMOS PARA A CATEGORIA DE ALIMENTOS 18. PETISCOS (SNACKS), SUBCATEGORIAS 18.1 APERITIVOS A BASE DE BATATAS, CEREAIS, FARINHA OU AMIDO (DERIVADOS DE RAÍZES E TUBÉRCULOS, LEGUMES E LEGUMINOSAS) E 18.2 SEMENTES OLEAGINOSAS E NOZES PROCESSADAS, COM COBERTURA OU NÃO”, QUE CONSTA COMO ANEXO E FORMA PARTE DA PRESENTE RESOLUÇÃO.(EXP. 822669085)
187	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº70/2008	DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO DE GASES MEDICINAIS
188	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº73/2008	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PROCEDIMENTO DE LIBERAÇÃO DE LOTES DE VACINAS E SOROS HIPERIMUNES HETERÓLOGOS PARA CONSUMO NO BRASIL E TAMBÉM PARA EXPORTAÇÃO.
189	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº76/2008	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC N.º 222, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE PETIÇÃO E ARRECADAÇÃO

		ELETRÔNICA NO ÂMBITO DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
190	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº81/2008	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO DE BENS E PRODUTOS IMPORTADOS PARA FINS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.
191	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº87/2008	ALTERA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO EM FARMÁCIAS.
192	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº96/2008	Dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos.
193	Instrução Normativa - IN nº5/2009	Esclarece a RDC Nº 96, de 18 de dezembro de 2008
194	Instrução Normativa - IN nº9/2009	Dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias.
195	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº9/2009	Altera o Anexo IV da Resolução - RDC nº 45, de 12 de março de 2003, que dispõe sobre o regulamento técnico de Boas Práticas de Utilização de Soluções Parenterais em Serviço de Saúde.
196	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº12/2009	Revoga o Art. 1º da Resolução – RDC nº. 239 de 28 de agosto de 2002, publicada no DOU, de 29/08/2002.
197	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº13/2009	Altera o artigo 103 da Portaria SVS/MS nº. 6 de 29/01/1999.
198	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº19/2009	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DOS SERVIDORES OCUPANTES DOS CARGOS EFETIVOS INTEGRANTES DO QUADRO ESPECÍFICO E QUADRO EFETIVO.
199	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº21/2009	ALTERA O ITEM 2.7, DO ANEXO III, DA RESOLUÇÃO RDC Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.
200	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº23/2009	ALTERA A RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 96, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.
201	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº27/2009	APROVA A EXTENSÃO DE USO DE CERA DE CARNAÚBA COMO COADJUVANTES DE TECNOLOGIA COM A FUNÇÃO DE LUBRIFICANTES, AGENTE DE MOLDAGEM OU DESMOLDAGEM.
202	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº34/2009	PROPOSTA DE REGULAMENTO TÉCNICO PARA O INGREDIENTE ATIVO CIHEXATINA EM DECORRÊNCIA DA REAVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA.
203	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº44/2009	Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
204	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº46/2009	PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO, IMPORTAÇÃO E PROPAGANDA DE QUAISQUER DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PARA FUMAR, CONHECIDOS COMO CIGARRO ELETRÔNICO.
205	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº47/2009	ESTABELECE REGRAS PARA ELABORAÇÃO, HARMONIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE BULAS DE MEDICAMENTOS PARA PACIENTES E PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE.
206	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº60/2009	DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, DISPENSAÇÃO E CONTROLE DE AMOSTRAS GRÁTIS DE MEDICAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
207	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº61/2009	Dispõe sobre o funcionamento dos Laboratórios de Histocompatibilidade e Imunogenética que realizam atividades para fins de transplante e dá outras providências.
208	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº65/2009	Dispõe sobre a alteração das Resoluções da Diretoria Colegiada – RDC nº. 222, de 28 de dezembro de 2006 e nº 8 de 14 de fevereiro de 2007.

209	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº71/2009	Estabelece regras para a rotulagem de medicamentos.
210	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº72/2009	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO QUE VISA À PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS PORTOS DE CONTROLE SANITÁRIO INSTALADOS EM TERRITÓRIO NACIONAL, E EMBARCAÇÕES QUE POR ELAS TRANSITEM.
211	Instrução Normativa - IN nº4/2010	Dispõe sobre indicadores para avaliação de Unidades de Terapia Intensiva
212	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº7/2010	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA.
213	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº13/2010	Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.
214	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº15/2010	Dispõe sobre a alteração da RDC Nº 13 de 26 março de 2010.
215	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº24/2010	Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, nos termos desta Resolução, e dá outras providências.
216	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº27/2010	Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, nos termos desta Resolução, e dá outras providências.
217	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº28/2010	Regulamento Técnico para o Ingrediente Ativo Endossulfam em decorrência da Reavaliação Toxicológica
218	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº31/2010	Dispõe sobre a realização dos Estudos de Equivalência Farmacêutica e de Perfil de Dissolução Comparativo.
219	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº32/2010	Altera dispositivos do Regulamento Técnico de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento de Insumos Farmacêuticos, aprovado pela RDC nº 204, de 14 de novembro de 2006
220	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº36/2010	Regulamento técnico para o ingrediente ativo Fosmete em decorrência da reavaliação toxicológica
221	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº37/2010	Regulamento técnico para o ingrediente ativo Triclorfom em decorrência da reavaliação toxicológica
222	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº45/2010	Dispõe sobre aditivos alimentares autorizados para uso segundo as Boas Práticas de Fabricação (BPF)
223	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº46/2010	Dispõe sobre limites máximos para aditivos excluídos da lista de “aditivos alimentares autorizados para uso segundo as Boas Práticas de Fabricação (BPF)”
224	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº51/2010	DISPÕE SOBRE MIGRAÇÃO EM MATERIAIS, EMBALAGENS E EQUIPAMENTOS PLÁSTICOS DESTINADOS A ENTRAR EM CONTATO COM ALIMENTOS.
225	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº52/2010	DISPÕE SOBRE CORANTES EM EMBALAGENS E EQUIPAMENTOS PLÁSTICOS DESTINADOS A ESTAR EM CONTATO COM ALIMENTOS.
226	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº55/2010	DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS NOVOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

227	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº58/2010	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PROCEDIMENTO DE LIBERAÇÃO DE LOTES DE HEMODERIVADOS PARA CONSUMO NO BRASIL E EXPORTAÇÃO.
228	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº59/2010	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS E REQUISITOS TÉCNICOS PARA A NOTIFICAÇÃO E O REGISTRO DE PRODUTOS SANEANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
229	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº63/2010	Torna sem efeito a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 60 de 17 de dezembro de 2010.
230	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº1/2011	REGULAMENTO TÉCNICO PARA O INGREDIENTE ATIVO METAMIDOFÓS EM DECORRÊNCIA DA REAVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA.
231	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº2/2011	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS NO ÂMBITO DA ANVISA PARA ACOMPANHAMENTO, INSTRUÇÃO E ANÁLISE DOS PROCESSOS DE REGISTRO E PÓS-REGISTRO NO BRASIL DE MEDICAMENTOS PRODUZIDOS MEDIANTE PARCERIAS PÚBLICO-PÚBLICO OU PÚBLICO-PRIVADO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DE INTERESSE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.
232	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº11/2011	Dispõe sobre o controle da substância Talidomida e do medicamento que a contenha.
233	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº23/2011	Dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos Bancos de Células e Tecidos Germinativos e dá outras providências.
234	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº24/2011	Dispõe sobre o registro de medicamentos específicos.
235	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº25/2011	Dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo de documentos no âmbito da Anvisa.
236	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº26/2011	Dispõe sobre a suspensão do prazo para adequação às regras de rotulagem de medicamentos estabelecidas pela RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009.
237	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº28/2011	Altera dispositivos da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, que aprovou o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária.
238	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº37/2011	Dispõe sobre o Guia para isenção e substituição de estudos de biodisponibilidade relativa/bioequivalência e dá outras providências.
239	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº40/2011	Aprova o uso de ácido tânico e taninos como coadjuvantes de tecnologia na função de agentes de clarificação/ filtração para fabricação de açúcar e bebidas alcoólicas.
240	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº42/2011	Dispõe sobre o regulamento técnico de compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes e a crianças de primeira infância.
241	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº43/2011	Dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis para lactentes.
242	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº44/2011	Dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância.
243	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº45/2011	Dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinadas a necessidades dietoterápicas específicas.
244	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº46/2011	Dispõe sobre aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para fórmulas infantis destinadas a lactentes e crianças de primeira infância.

245	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº51/2011	Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.
246	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº64/2011	Dispõe sobre a aprovação de uso de coadjuvantes de tecnologia para fabricação de cervejas.
247	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº65/2011	Dispõe sobre a aprovação de uso de aditivos alimentares para fabricação de cervejas.
248	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº68/2011	ALTERA A RESOLUÇÃO - RDC Nº 70, DE 1º DE OUTUBRO DE 2008, PARA PRORROGAR O PRAZO DE NOTIFICAÇÃO DE GASES MEDICINAIS E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.
249	Instrução Normativa - IN nº4/2012	Estabelece regras para disponibilização de instruções de uso em formato não impresso de Produtos para a Saúde.
250	Portaria - PRT nº1161/2012	As ações de inspeção, fiscalização, autuação de infratores e outras relativas ao exercício do poder de polícia, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, obedecerão o disposto nesta Portaria e na legislação pertinente.
251	Portaria - PRT nº2795/2012	Institui Programa Nacional de Fortalecimento das Ações de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras e institui incentivo financeiro de custeio destinado aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN).
252	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº2/2012	INSTITUI O PROTOCOLO ELETRÔNICO PARA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO E CERTIDÃO DE REGISTRO PARA EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
253	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº4/2012	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS PARA FINS DE REGISTRO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL.
254	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº10/2012	ALTERA A RDC Nº 72 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009, SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO QUE VISA À PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS PORTOS DE CONTROLE SANITARIO INSTALADOS EM TERRITORIO NACIONAL, E EMBARCAÇÕES QUE POR ELES TRAMITEM.
255	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº15/2012	DISPÕE SOBRE REQUISITOS DE BOAS PRATICAS PARA O PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA A SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
256	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº17/2012	DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPOE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE PETIÇÃO E ARRECADAÇÃO ELETRONICA NO ÂMBITO DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
257	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº21/2012	INSTITUI O MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DE MEDICAMENTOS DO MINISTERIO DA SAUDE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
258	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº24/2012	DISPOE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO ANEXO III, INDICAÇÕES PREVISTAS PARA TRATAMENTO COM A TALIDOMIDA, DA RDC Nº 11 DE 22 DE MARÇO DE 2011.
259	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº26/2012	Altera a Resolução RDC nº. 07, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.
260	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº27/2012	Dispõe sobre os requisitos mínimos para a validação de métodos bioanalíticos empregados em estudos com fins de registro e pós-registro de medicamentos.

261	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº35/2012	Dispõe sobre os critérios de indicação, inclusão e exclusão de medicamentos na Lista de Medicamentos de Referência.
262	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº41/2012	ALTERA RESOLUÇÃO RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE BOAS PRÁTICAS FARMACÊUTICAS PARA O CONTROLE SANITÁRIO DO FUNCIONAMENTO, DA DISPENSAÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS EM FARMÁCIAS E DROGARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 10, DE 17 DE AGOSTO DE 2009.
263	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº48/2012	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA Nº 81 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2008.
264	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº56/2012	Dispõe sobre a lista positiva de monômeros, outras substâncias iniciadoras e polímeros autorizados para a elaboração de embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos.
265	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº60/2012	Dispõe sobre os procedimentos no âmbito da ANVISA para alterações de textos de bulas de medicamentos e dá outras providências.
266	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº61/2012	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS NO ÂMBITO DA ANVISA PARA ALTERAÇÕES DE ROTULAGENS DE MEDICAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
267	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº63/2012	Dispõe sobre as regras utilizadas para a nomenclatura das Denominações Comuns Brasileiras - DCB.
268	Instrução Normativa - IN nº5/2013	APROVA O USO ADITIVO ALIMENTARES COM SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES E LIMITES MAXIMOS PARA BEBIDAS ALCOLICAS (EXCETO AS FERMENTADAS)
269	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº5/2013	APROVA O USO ADITIVO ALIMENTARES COM SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES E LIMITES MAXIMOS PARA BEBIDAS ALCOLICAS (EXCETO AS FERMENTADAS)
270	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº7/2013	DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE USO DE COADJUVANTES DE TECNOLOGIA PARA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE FRUTAS E DE VEGETAIS (INCLUINDO COGUMELOS COMESTÍVEIS).
271	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº8/2013	DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE USO DE ADITIVOS ALIMENTARES PARA PRODUTOS DE FRUTAS E DE VEGETAIS E GELEIA DE MOCOTÓ.
272	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº18/2013	DISPÕE SOBRE AS BOAS PRÁTICAS DE PROCESSAMENTOS E ARMAZENAMENTO DE PLANTAS MEDICINAIS , PREPARAÇÃO E DISPENSAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS E OFICIAIS DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS EM FARMACIAS VIVAS NO AMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE (SUS).
273	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº31/2013	APROVA O REGULAMENTO TECNICO DE PROCEDIMENTOS COMUNS PARA AS INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS FARMACEUTICOS NOS ESTADOS PARTES E CONTEUDO MINIMO DE RELATORIOS DE INSPEÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS FARMACEUTICOS NOS ESTADOS PARTES.
274	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº34/2013	Institui os procedimentos, programas e documentos padronizados, a serem adotados no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), para padronização das atividades de inspeção em empresas de medicamentos, produtos para a saúde e insumos farmacêuticos e envio dos relatórios pelo sistema CANAIS.
275	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº36/2013	INSTITUI AÇÕES PARA A SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇOS DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS .

276	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº38/2013	APROVA O REGULAMENTO PARA OS PROGRAMAS DE ACESSO EXPANDIDO , USO COMPASSIVO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PÓS ESTUDO .
277	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº45/2013	Regulamento técnico para o ingrediente ativo acefato em decorrência de sua reavaliação toxicológica.
278	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº47/2013	Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes, e dá outras providências.
279	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº48/2013	Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, e dá outras providências.
280	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº49/2013	Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências.
281	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº50/2013	Altera o Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada nº 25, de 16 de junho de 2011, que dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo de documentos no âmbito da Anvisa.
282	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº55/2013	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 11, de 06 de março de 2013, que dispõe sobre a importação de substâncias sujeitas a controle especial e dos medicamentos que as contenham, e dá outras providências.
283	Instrução Normativa - IN nº1/2014	Dispõe sobre a lista de medicamentos liberados para importação em caráter excepcional
284	Instrução Normativa - IN nº10/2014	Altera o item 11 da Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado, do Anexo da Instrução Normativa Nº 2, de 13 de maio de 2014, que publica a "Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado" e a "Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado".
285	Instrução Normativa - IN nº2/2014	Publica a “Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado” e a “Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado”
286	Instrução Normativa - IN nº4/2014	Publica a “Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado” e a “Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado”
287	Portaria - PRT nº370/2014	Dispõe sobre regulamento técnico-sanitário para o transporte de sangue e componentes.
288	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº1/2014	Dispõe sobre alteração do artigo 24 da Resolução RDC nº. 63, de 28 de dezembro de 2012
289	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº6/2014	Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.
290	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº8/2014	Autorizar a importação dos medicamentos constantes na lista de medicamentos liberados em caráter excepcional destinados unicamente, a uso hospitalar ou sob prescrição médica, cuja importação esteja vinculada a uma determinada entidade hospitalar e/ou entidade civil representativa ligadas à área de saúde, para seu uso exclusivo, não se destinando à revenda ou ao comércio.
291	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº11/2014	Dispõe sob Resolução - RE nºos Resolução nº requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências
292	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº15/2014	Dispõe sobre os requisitos relativos à comprovação do cumprimento de Boas Práticas de Fabricação para fins de registro de Produtos para a Saúde e dá outras providências

293	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº16/2014	Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas
294	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº18/2014	Dispõe sobre a comunicação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA dos casos de descontinuação temporária e definitiva de fabricação ou importação de medicamentos, reativação de fabricação ou importação de medicamentos, e dá outras providências.
295	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº21/2014	Dispõe sobre a fabricação e comercialização de produtos da Medicina Tradicional Chinesa (MTC)
296	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº26/2014	Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos.
297	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº31/2014	Dispõe sobre o procedimento simplificado de solicitações de registro, pós-registro e renovação de registro de medicamentos genéricos, similares, específicos, dinamizados, fitoterápicos e biológicos e dá outras providências.
298	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº34/2014	Dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue.
299	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº40/2014	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 1º de abril de 2014, que Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.
300	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº43/2014	Dispõe sobre a desvinculação dos registros concedidos por meio do procedimento simplificado estabelecido pela RDC 31/2014, para medicamentos decorrentes de processos de Parceria para Desenvolvimento Produtivo ou de transferências de tecnologia visando a internalização da produção de medicamentos considerados estratégicos pelo Ministério da Saúde e dá outras providências.
301	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº45/2014	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 42, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico de compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes.
302	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº46/2014	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 43, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis para lactentes.
303	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº47/2014	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância.
304	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº48/2014	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 45, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinadas a necessidades dietoterápicas específicas.
305	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº49/2014	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para fórmulas infantis destinadas a lactentes e crianças de primeira infância.
306	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº50/2014	Dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.
307	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº52/2014	Altera a Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para os Serviços de Alimentação.

308	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº59/2014	Dispõe sobre os nomes dos medicamentos, seus complementos e a formação de famílias de medicamentos.
309	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº65/2014	Dispõe sobre a notificação prévia de exportação de efedrina, pseudoefedrina e as especialidades farmacêuticas que as contenham.
310	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº66/2014	Altera o Anexo IV da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos.
311	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº67/2014	Dispõe sobre a suspensão da RDC nº 61, de 10 de outubro de 2014, que trata da vinculação do registro do medicamento ao protocolo de Documento Informativo de Preço na Secretariaxecutiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED.
312	Instrução Normativa - IN nº1/2015	Dispõe sobre os procedimentos, normas e diretrizes do sistema nacional de hemovigilância citados na Resolução da Diretoria Colegiada nº 34, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue.
313	Instrução Normativa - IN nº3/2015	Regulamenta o inciso I do art. 20 da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 36, de 26 de agosto de 2015, que dispõe sobre a classificação de risco, os regimes de controle de cadastro e registro e os requisitos de rotulagem e instruções de uso de produtos para diagnóstico in vitro, inclusive seus instrumentos e dá outras providências.
314	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº4/2015	Dispõe sobre a dispensa de notificações de lotes-piloto de medicamentos à Anvisa
315	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº7/2015	Dispõe sobre os requisitos técnicos para a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes e dá outras providências.
316	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº9/2015	Dispõe sobre o Regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil.
317	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº12/2015	Dispõe sobre regulamento técnico para o ingrediente ativo Forato em decorrência da reavaliação toxicológica
318	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº13/2015	Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e proíbe a importação, produção, manipulação, aquisição, venda e dispensação de medicamento de uso sistêmico à base da substância BENZIDAMINA.
319	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº16/2015	Dispõe sobre a fiscalização sanitária na importação de bens e produtos sujeitos a vigilância sanitária nas situações em que for decretada calamidade pública, com risco de desabastecimento para atendimento das necessidades básicas da população.
320	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº21/2015	Dispõe sobre o regulamento técnico de fórmulas para nutrição enteral.
321	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº22/2015	Dispõe sobre o regulamento técnico de compostos de nutrientes e de outras substâncias para fórmulas para nutrição enteral e dá outras providências.
322	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº23/2015	Altera a Resolução RDC nº 204, de 6 de julho de 2005, que dispõe sobre o procedimento de petições submetidas à análise pelos setores técnicos da ANVISA e revoga a Resolução RDC nº 206, de 14 de julho de 2005, que dispõe sobre normas que regulamentam a petição de arquivamento temporário e a guarda temporária e dá outras providências.

323	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº25/2015	Dispõe sobre a suspensão de prazos relativos à notificação de gases medicinais estabelecidos na Resolução-RDC n.º 68, de 16 de dezembro de 2011.
324	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº28/2015	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de dezembro de 2006, para dispor sobre documentos e prazos de comprovação do porte da empresa.
325	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº36/2015	Dispõe sobre a classificação de risco, os regimes de controle de cadastro e registro e os requisitos de rotulagem e instruções de uso de produtos para diagnóstico in vitro, inclusive seus instrumentos e dá outras providências.
326	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº40/2015	Define os requisitos de notificação e cadastro de produtos médicos
327	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº41/2015	Estabelece normas de controle sanitário sobre a entrada de bens e produtos procedentes do exterior destinados à utilização em eventos de grande porte no País.
328	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº50/2015	Dispõe sobre a atualização do Anexo III, Indicações previstas para tratamento com a Talidomida, da RDC nº. 11, de 22 de março de 2011.
329	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº53/2015	Estabelece parâmetros para a notificação, identificação e qualificação de produtos de degradação em medicamentos com substâncias ativas sintéticas e semissintéticas, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.
330	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº56/2015	Dispõe sobre regulamento técnico para o ingrediente ativo Parationa metílica em decorrência da reavaliação toxicológica
331	Instrução Normativa - IN nº10/2016	Determina a publicação da "Lista de fármacos candidatos à bioisenção baseada no Sistema de Classificação Biofarmacêutica (SCB)" e dá outras providências.
332	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº60/2016	Dispõe sobre a proibição da utilização do ingrediente ativo Procloraz em produtos agrotóxicos, em decorrência da sua reavaliação toxicológica, e dá outras providências.
333	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº63/2016	Dispõe sobre o parcelamento de débitos originários de Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, altera o artigo 4º da Resolução de Diretoria Colegiada nº 240, de 9 de setembro de 2003, e revoga a Resolução de Diretoria Colegiada nº 8, de 14 de fevereiro de 2007.
334	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº66/2016	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.
335	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº68/2016	Dispõe sobre a alteração da alínea "a" do item 2.1.1.1 do Anexo da Portaria SVS/MS nº 34, de 13 de Janeiro de 1998, que aprovou o Regulamento Técnico referente a Alimentos de Transição para Lactentes e Crianças de Primeira Infância.
336	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº72/2016	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 23, de 27 de maio de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos Bancos de Células e Tecidos Germinativos e dá outras providências.
337	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº73/2016	Dispõe sobre mudanças pós-registro, cancelamento de registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos e dá outras providências.
338	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº74/2016	Dispõe sobre o peticionamento eletrônico na importação de bens e produtos sujeitos à vigilância sanitária

339	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº75/2016	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 34, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue.
340	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº76/2016	Dispõe sobre realização de alteração, inclusão e cancelamento pós-registro de medicamentos específicos.
341	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº88/2016	Aprova o regulamento técnico sobre materiais, embalagens e equipamentos celulósicos destinados a entrar em contato com alimentos e dá outras providências.
342	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº89/2016	Aprova o regulamento técnico sobre materiais celulósicos para cocção e filtração a quente e dá outras providências.
343	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº90/2016	Aprova o regulamento técnico sobre materiais, embalagens e equipamentos celulósicos destinados a entrar em contato com alimentos durante a cocção ou aquecimento em forno e dá outras providências.
344	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº92/2016	Dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Lactofem em produtos agrotóxicos, em decorrência de sua reavaliação toxicológica.
345	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº96/2016	Dispõe sobre o controle das substâncias sujeitas a controle especial, bem como dos medicamentos que as contenham, em centros de equivalência farmacêutica e centros de biodisponibilidade/bioequivalência, e dá outras providências.
346	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº97/2016	Altera a Resolução - RDC nº 24, de 14 de junho de 2011.
347	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº98/2016	Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição, e dá outras providências.
348	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº102/2016	Dispõe sobre os procedimentos para a transferência de titularidade de registro de produtos sujeitos à vigilância sanitária, transferência global de responsabilidade sobre ensaio clínico e atualização de dados cadastrais relativos ao funcionamento e certificação de empresas, em decorrência de operações societárias ou operações comerciais.
349	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº103/2016	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.
350	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº105/2016	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos.
351	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº106/2016	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 30 de março de 2007.
352	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº108/2016	Dispõe sobre os requisitos mínimos para inspeção em estabelecimentos que trabalham com produtos sujeitos a controle especial.
353	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº113/2016	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 76, de 02 de maio de 2016 e a Instrução Normativa nº 02, de 30 de março de 2009.
354	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº118/2016	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016.
355	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº123/2016	Dispõe sobre os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em vinhos.

356	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº124/2016	Institui a Carteira de Identidade Funcional dos servidores públicos em exercício na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
357	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº125/2016	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009, sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam.
358	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº130/2016	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.
359	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº133/2016	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 50, de 25 de setembro de 2014, que dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.
360	Instrução Normativa - IN nº19/2017	Dispõe sobre definições básicas de tecnologia para a comunicação entre os membros da cadeia de movimentação de medicamentos e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa para a operacionalização da fase experimental do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM), e dá outras providências.
361	Instrução Normativa - IN nºC 1/2017	Aprova o Regulamento Técnico que dispõe sobre critérios para o reconhecimento de limites máximos de resíduos de agrotóxicos em produtos vegetais in natura (Revogação da Resolução GMC Nº 14/95).
362	Portaria - PRT nº1/2017	Regulamenta os procedimentos para a aplicação do artigo 229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, acrescido pela Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001, e dá outras providências.
363	Portaria - PRT nº2/2017	Constitui Grupo de Articulação Interinstitucional (GAI), com o objetivo de analisar e sugerir mecanismos, procedimentos e possíveis instrumentos formais para articulação entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com vistas ao cumprimento do disposto no art.229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, acrescido pela Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001, e dá outras providências.
364	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº137/2017	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 7, de 24 de fevereiro de 2010.
365	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº149/2017	Autoriza o uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos e dá outras disposições.
366	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº153/2017	Dispõe sobre a Classificação do Grau de Risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências.
367	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº157/2017	Dispõe sobre a Classificação do Grau de Risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências.
368	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº160/2017	Dispõe sobre os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em fórmulas para nutrição enteral e dá outras providências.
369	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº166/2017	Dispõe sobre a validação de métodos analíticos e dá outras providências.
370	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº169/2017	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

371	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº170/2017	Altera a Portaria SVS/MS nº 36, de 13 de janeiro de 1998, que aprovou o Regulamento Técnico referente a Alimentos à Base de Cereais para Alimentação Infantil, para incluir a permissão de uso de outros ingredientes alimentares.
372	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº171/2017	Revisa a aplicabilidade da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 53, de 4 de dezembro de 2015, para alterações pós-registro e os prazos desta Resolução para produtos já registrados.
373	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº172/2017	Dispõe sobre os procedimentos para a importação e a exportação de bens e produtos destinados à pesquisa científica ou tecnológica e à pesquisa envolvendo seres humanos, e dá outras providências.
374	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº177/2017	Dispõe sobre a proibição do ingrediente ativo Paraquate em produtos agrotóxicos no país e sobre as medidas transitórias de mitigação de riscos.
375	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº182/2017	Dispõe sobre as boas práticas para industrialização, distribuição e comercialização de água adicionada de sais.
376	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº185/2017	Dispõe sobre a proibição do ingrediente ativo Carbofurano em produtos agrotóxicos no país e sobre as medidas transitórias de descontinuação de seu uso nas culturas de banana, café e cana-de-açúcar.
377	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº187/2017	Dispõe sobre o registro de Soros Hiperimunes e dá outras providências.
378	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº190/2017	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada nº 177, de 21 de setembro de 2017, que dispõe sobre a proibição do ingrediente ativo Paraquate em produtos agrotóxicos no país e sobre as medidas transitórias de mitigação de riscos.
379	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº194/2017	Dispõe sobre registro e alterações pós-registro de Produtos Alergênicos Industrializados, e dá outras providências.
380	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº198/2017	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 222, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os procedimentos de petição e arrecadação eletrônica no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
381	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº199/2017	Revoga a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC N° 30, de 24 de julho de 2015.
382	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº200/2017	Dispõe sobre os critérios para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.
383	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº203/2017	Dispõe sobre os critérios e procedimentos para importação, em caráter de excepcionalidade, de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa.
384	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº204/2017	Dispõe sobre o enquadramento na categoria prioritária, de petições de registro, pós-registro e anuência prévia em pesquisa clínica de medicamentos.
385	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº205/2017	Estabelece procedimento especial para anuência de ensaios clínicos, certificação de boas práticas de fabricação e registro de novos medicamentos para tratamento, diagnóstico ou prevenção de doenças raras.
386	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº206/2017	Dispõe sobre o regulamento do Programa de Regularização de Débitos (PRD) criado pela Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017, para parcelamento de débitos não tributários no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

387	Instrução Normativa - IN nº28/2018	Estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares.
388	Instrução Normativa Conjunta - INC nº 2/2018	Define os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos, em todo o território nacional, na forma desta Instrução Normativa Conjunta e dos seus Anexos I a III.
389	Portaria - PRT nº2/2018	Define os procedimentos de troca de dados e informações entre a Corregedoria-Geral da União do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para a apuração de casos envolvendo o suborno transnacional, de que trata o artigo 9º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
390	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº208/2018	Dispõe sobre a simplificação de procedimentos para a importação de bens e produtos sujeitos à Vigilância Sanitária
391	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº211/2018	Dispõe sobre o prazo de validade do registro de dispositivos médicos.
392	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº212/2018	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 250, de 20 de outubro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos relacionados à revalidação de registro de produtos e dá outras providências.
393	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº216/2018	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 11, de 13 de março de 2014
394	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº231/2018	Dispõe sobre a inclusão do art. 4º-A na Portaria 344, de 12 de maio de 1998, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, e dá outras providências.
395	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº233/2018	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016.
396	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº234/2018	Dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências.
397	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº235/2018	Dispõe sobre alterações e inclusões de controle de qualidade no registro e pós-registro de medicamentos dinamizados, fitoterápicos, específicos e produtos biológicos.
398	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº237/2018	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 24 de abril de de 2015.
399	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº239/2018	Estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares.
400	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº240/2018	Altera a Resolução - RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010, que dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário.
401	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº241/2018	Dispõe sobre os requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos.
402	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº242/2018	Altera a Resolução - RDC nº 24, de 14 de junho de 2011, a Resolução - RDC nº 107, de 5 de setembro de 2016, a Instrução Normativa - IN nº 11, de 29 de setembro de 2016 e a Resolução - RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009 e regulamenta o registro de vitaminas, minerais, aminoácidos e proteínas de uso oral, classificados como medicamentos específicos.
403	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº243/2018	Dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares.

404	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº244/2018	Dispõe sobre os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em leite em pó.
405	Instrução Normativa - IN nº30/2019	Altera Instrução Normativa nº 3, de 26 de agosto de 2015.
406	Instrução Normativa - IN nº35/2019	Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação complementares a Medicamentos Estéreis.
407	Instrução Normativa Conjunta - INC nº 1/2019	Altera a INC nº 02, de 07/02/2018
408	Instrução Normativa Conjunta - INC nº 1/2019	Estabelece diretrizes para o registro de agrotóxico e afins destinados ao uso agrícola em cultivos de plantas ornamentais, bem como para inclusão desses usos em produtos já registrados.
409	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº262/2019	Altera o item 8, Capítulo XXXVII da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária.
410	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº264/2019	Dispõe sobre a atualização das indicações terapêuticas de medicamentos à base de lenalidomida, previstas na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 191, de 11 de dezembro de 2017.
411	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº268/2019	Dispõe sobre alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 234, de 21 de junho de 2018.
412	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº270/2019	Dispõe sobre a migração do regime de cadastro para o regime de notificação dos dispositivos médicos de classe de risco I.
413	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº272/2019	Estabelece os aditivos alimentares autorizados para uso em carnes e produtos cárneos.
414	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº279/2019	Dispõe sobre a importação e exportação de amostras biológicas humanas e kits de coleta de amostras destinados a testes de controle de dopagem, e dá outras providências.
415	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº280/2019	Dispõe sobre a prorrogação de prazo relativo à fabricação e comercialização de produtos da Medicina Tradicional Chinesa
416	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº281/2019	Autoriza o uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos.
417	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº284/2019	Dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo ácido 2,4-diclorofenoxyacético (2,4-D) em produtos agrotóxicos, no País.
418	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº285/2019	Proíbe o uso de aditivos alimentares contendo alumínio em diversas categorias de alimentos.
419	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº288/2019	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre os "REQUISITOS TÉCNICOS PARA PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERFUMES."
420	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº290/2019	Altera o art. 8º e o art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 35, de 15 de junho de 2012.
421	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº293/2019	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 205, de 28 de dezembro de 2017.
422	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº294/2019	Dispõe sobre os critérios para avaliação e classificação toxicológica, priorização da análise e comparação da ação toxicológica de agrotóxicos, componentes, afins e preservativos de madeira, e dá outras providências.
423	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº305/2019	Dispõe sobre requisitos para fabricação, comercialização, importação e exposição ao uso de dispositivos médicos personalizados.
424	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº307/2019	Aprova os Requisitos Mínimos para Elaborar Planos de Contingência para Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em Pontos de Entrada Designados pelos Estados Partes

425	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº310/2019	Dispõe sobre alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 63, de 28 de dezembro de 2012.
426	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº311/2019	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 38, de 12 de agosto de 2013, que aprova o regulamento para os programas de acesso expandido, uso compassivo e fornecimento de medicamento pós-estudo.
427	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº312/2019	Dispõe sobre o prazo de validade da regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, e altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015, e dá outras providências.
428	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº319/2019	Dispõe sobre a fase de implementação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos
429	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº320/2019	Dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Tiram em produtos agrotóxicos no País, bem como determina medidas de mitigação de riscos à saúde e alterações no registro decorrentes da sua reavaliação toxicológica.
430	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº322/2019	Autoriza o uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos.
431	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº326/2019	Estabelece a lista positiva de aditivos destinados à elaboração de materiais plásticos e revestimentos poliméricos em contato com alimentos e dá outras providências.
432	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº327/2019	Dispõe sobre os procedimentos para a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, bem como estabelece requisitos para a comercialização, prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de Cannabis para fins medicinais, e dá outras providências.
433	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº329/2019	Estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em pescado e produtos de pescado.
434	Instrução Normativa - IN nº62/2020	Detalha diretrizes de qualificação de fornecedores previstas no item 7.2 do Anexo da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 204, de 14 de novembro de 2006.
435	Instrução Normativa - IN nº66/2020	Estabelece a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário, conforme previsto no parágrafo único do art. 6º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 153, de 26 de abril de 2017.
436	Instrução Normativa - IN nº76/2020	Dispõe sobre a atualização das listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares.
437	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº337/2020	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.
438	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº340/2020	Dispõe sobre as alterações de informações nos processos de regularização de dispositivos médicos e dá outras providências.
439	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº345/2020	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.

440	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº357/2020	Estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
441	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº361/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 200, de 26 de dezembro de 2017, e a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 7 de abril de 2016, para dispor sobre a submissão do Dossiê de Insumo Farmacêutico Ativo (DIFA) no registro e no pós-registro de medicamento, respectivamente.
442	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº364/2020	Suspende os efeitos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, em caráter temporário e excepcional, para os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) que irão realizar análises para o diagnóstico da COVID-19.
443	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº368/2020	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências
444	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº374/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, para adequação à Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que altera o prazo de vigência para a Autorização de Funcionamento de Empresas para prestadores de serviço em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados e para adequação ao art. 50 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que estabelece a validade em todo o território nacional da Autorização de Funcionamento de Empresa
445	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº377/2020	Autoriza, em caráter temporário e excepcional, a utilização de "testes rápidos" (ensaios imunocromatográficos) para a COVID-19 em farmácias, suspende os efeitos do § 2º do art. 69 e do art. 70 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.
446	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº380/2020	Altera o art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 364, de 1º de abril de 2020.
447	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº384/2020	Dispõe sobre inclusão temporária de procedimento de emissão de certificado sanitário por análise documental, regulamentado na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009, às embarcações durante à vigência da pandemia de COVID-19.
448	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº387/2020	Altera o Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 357, de 24 de março de 2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
449	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº391/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 326, de 3 de dezembro de 2019, que estabelece a lista positiva de aditivos destinados à elaboração de materiais plásticos e revestimentos poliméricos em contato com alimentos e dá outras providências, para ampliar o prazo de adequação aos requisitos definidos, em virtude da emergência de saúde pública internacional provocada pelo SARS-CoV-2.
450	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº396/2020	Altera o art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada- RDC nº 364, de 1º de abril de 2020.
451	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº397/2020	Autoriza o uso de aditivos alimentares em diversas categorias de alimentos.

452	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº399/2020	Revoga a alínea "d" do inciso XXX do art. 25 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 34, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue, em cumprimento à ordem judicial.
453	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº401/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 22, de 13 de maio de 2015, para atualizar as referências de especificações para compostos fontes de nutrientes e outras substâncias para uso em fórmulas para nutrição enteral.
454	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº402/2020	Estabelece a abertura temporária de pontos de entrada e saída de substâncias sujeitas a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
455	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº403/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 36, de 26 de agosto de 2015 e a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 40, de 26 de agosto de 2015, para dispor sobre a dispensa de tradução juramentada de documentos emitidos nos idiomas espanhol e inglês que instruem as petições de regularização de dispositivos médicos.
456	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº404/2020	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.
457	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº406/2020	Dispõe sobre as Boas Práticas de Farmacovigilância para Detentores de Registro de Medicamento de uso humano, e dá outras providências.
458	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº418/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 153, de 26 de abril de 2017, que dispõe sobre a classificação do grau de risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências.
459	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº423/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 27, de 21 de junho de 2011, a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 36, de 26 de agosto de 2015, e, Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 40, de 26 de agosto de 2015, para dispor sobre a extinção do regime de cadastro e migração dos dispositivos médicos de classe de risco II para o regime de notificação.
460	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº428/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 177, de 21 de setembro de 2017, que dispõe sobre a proibição do ingrediente ativo Paraquate em produtos agrotóxicos no país e sobre as medidas transitórias de mitigação de riscos, para tratar da utilização dos estoques em posse dos agricultores brasileiros de produtos à base do ingrediente ativo Paraquate para o manejo dos cultivos na safra agrícola de 2020/2021.
461	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº430/2020	Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos.
462	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº431/2020	Dispõe sobre o carregamento de instruções de uso no portal eletrônico da Anvisa, vinculado aos processos de regularização de dispositivos médicos e dá outras providências.
463	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº436/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 177, de 21 de setembro de 2017, e a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 428, de 7 de outubro de 2020, para tratar da inclusão da possibilidade de utilização dos estoques em posse dos agricultores brasileiros de produtos à base do ingrediente ativo Paraquate para o manejo do cultivo de soja nas Regiões Norte e Nordeste na safra agrícola de 2020/2021.

464	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº437/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 239, de 26 de julho de 2018, que estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares, para atualizar a lista de aditivos alimentares autorizados para uso em suplementos alimentares destinados a lactentes e crianças de primeira infância.
465	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº438/2020	Dispõe sobre a dispensa de cópia autenticada e reconhecimento de firma de documentos a serem apresentados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
466	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº441/2020	Dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Glifosato em produtos agrotóxicos no País, determina medidas de mitigação de riscos à saúde e alterações no registro decorrentes da sua reavaliação toxicológica
467	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº442/2020	Dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Abamectina em produtos agrotóxicos no País, determina medidas de mitigação de riscos à saúde e alterações no registro decorrentes da sua reavaliação toxicológica.
468	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº443/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 7 de abril de 2016.
469	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº449/2020	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 9, de 20 de fevereiro 2015, que aprova o regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil.
470	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº456/2020	Dispõe sobre as medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do surto do novo coronavírus - SARS-CoV-2.
471	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº460/2020	Dispõe sobre os requisitos sanitários das fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo.
472	Instrução Normativa - IN nº100/2021	Estabelece os medicamentos sujeitos ao Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM) e os prazos para serialização e para início da comunicação de registros de instâncias de eventos.
473	Instrução Normativa - IN nº102/2021	Altera a Instrução Normativa nº 28, de 26 de julho de 2018, que estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares.
474	Instrução Normativa - IN nº108/2021	Altera a Instrução Normativa nº 100, de 23 de agosto de 2021.
475	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº465/2021	Estabelece a dispensa de registro e da autorização de uso emergencial e os procedimentos para importação e monitoramento das vacinas Covid-19 adquiridas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).
476	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº466/2021	Estabelece os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso na produção de alimentos e ingredientes na função de solventes de extração e processamento.
477	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº473/2021	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.
478	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº477/2021	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 456, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do surto do novo coronavírus - SARS-CoV-2.
479	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº479/2021	Dispõe sobre proibições para as importações realizadas por pessoa física para uso próprio por quaisquer modalidades de importação durante a pandemia do novo coronavírus.

480	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº488/2021	Dispõe sobre a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária por unidade de saúde, para seu uso exclusivo.
481	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº492/2021	Dispõe sobre procedimentos relacionados às alterações pós-regularização de produtos saneantes.
482	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº498/2021	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 20, de 22 de março de 2007, que aprova o regulamento técnico sobre disposições para embalagens, revestimentos, utensílios, tampas e equipamentos metálicos em contato com alimentos.
483	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº500/2021	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 283, de 17 de maio de 2019, que dispõe sobre investigação, controle e eliminação de nitrosaminas potencialmente carcinogênicas em antagonistas de receptor de angiotensina II.
484	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº522/2021	Dispõe sobre a apreciação e deliberação de recursos administrativos, em última instância, por meio de Circuito Deliberativo, em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do surto do novo coronavírus -SARS-CoV-2.
485	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº525/2021	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 522, de 23 de junho de 2021.
486	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº533/2021	Estabelece procedimentos excepcionais e temporários para importação das vacinas Covid-19 regularizadas na Anvisa e seus insumos para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).
487	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº562/2021	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 305, de 24 de setembro de 2019.
488	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº567/2021	Dispõe sobre os critérios e procedimentos temporários e excepcionais para importação de radiofármacos industrializados constantes na Instrução Normativa nº 81, de 16 de dezembro de 2020, da ANVISA e suas atualizações, em virtude do risco de desabastecimento em território nacional.
489	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº569/2021	Dispõe sobre a alteração da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 63, de 28 de dezembro de 2012 e revogação da Instrução Normativa nº 5, de 28 de dezembro de 2012.
490	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº573/2021	Altera de forma emergencial e temporária a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 9, de 20 de fevereiro 2015, que aprova o regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil
491	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº574/2021	Dispõe sobre os requisitos sanitários para o embarque, desembarque e transporte de viajantes em embarcações de cruzeiros marítimos localizadas em águas jurisdicionais brasileiras, incluindo aquelas com viajantes provenientes de outro País, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII decorrente da pandemia de SARS-CoV-2.
492	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº588/2021	Autoriza o uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos.
493	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº589/2021	Altera a Resolução nº 105, de 19 de maio de 1999, que aprova as disposições gerais para embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos, a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 56, de 16 de novembro de 2012, que dispõe sobre a lista positiva de monômeros, outras substâncias iniciadoras e polímeros autorizados para a elaboração de embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos, e a Resolução - RDC nº 88, de 29 de junho de 2016, que dispõe sobre materiais, embalagens e equipamentos celulósicos destinados a entrar em contato com alimentos.

494	Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº593/2021	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 283, de 17 de maio de 2019.
-----	---	--